ATA Nº 17/2021

Reunião Ordinária de

30 de junho de 2021

Ao **trigésimo dia** do mês de **junho** do ano de **dois mil e vinte e um**, no salão nobre do edifício da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia, sito na Estrada Nossa Senhora da Guia n.º 81, Atalaia, Lourinhã, realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, uma sessão **Ordinária da Assembleia de Freguesia**, convocada pelo seu Presidente, a pedido da Junta da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia, de acordo com o disposto no artigo nono do Regimento da Assembleia de Freguesia.

Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia:
Vítor Miguel Mota Cruz, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, **Maria da Graça Silva Santos Guerra** e **Ludgero Fernando Caetano Lourenço** na qualidade de 1º e 2º secretário, respetivamente, **Maria da Conceição Almeida Moniz de Figueiredo, Pedro Noivo Leitão, Rosália Maria Mendes Rolim Gomes, João Carlos da Cruz Pereira, Jorge Humberto de Sousa Costa, Joel Quintino Neto Gonçalves, João Damião Mendes** e **Pedro Eduardo Perdigão Simões Silva**.
Faltaram, com justificação, os seguintes Membros da Assembleia: **Ana Mafalda de Taborda Costa Lourenço** e **Helena Isabel Almeida Vicente Martins.**

Estiveram ainda presentes os membros da Junta da Freguesia:
Pedro Margarido, Presidente; **Fernando Ferreira**, Secretário; **Augusto Henriques**, Tesoureiro e os Vogais **Octávio Perluxo** e **Maria Matos**.

O Presidente da Mesa da Assembleia Vítor Mota, abriu a sessão e fez a leitura da convocatória, com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto um - Informação Escrita do Presidente;
Ponto dois – Protocolo de Cooperação da "Horta da Vila", entre a LOURAMBI e a UFLA
Ponto três - Outros assuntos de interesse para a freguesia.

De seguida passou à votação a Ata da última sessão da Assembleia de Freguesia, enviada para todos os membros antecipadamente, sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes**.

Não havendo pedidos de esclarecimentos ou questões do público, quer presencial quer pelos meios digitais o Presidente da Mesa Vitor Mota questionou os membros da Assembleia se desejavam usar da palavra antes da Ordem do Dia. Não havendo inscrições deu início ao período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Ponto um - Informação Escrita do Presidente
O Presidente da Mesa Vitor Mota passou a palavra ao Presidente da Junta Pedro Margarido que realçou que nesta Informação Escrita do Presidente, a antepenúltima deste mandato,

anexou um relatório diário de trabalho dos serviços operacionais para que a assembleia conheça as tarefas do dia-a-dia da Junta de Freguesia. e que está disponível para prestar esclarecimentos. Realçou que a Câmara Municipal não realizou este ano Acordos ou Protocolos com as Juntas de Freguesia do Concelho relativamente aos produtos de limpeza e higiene para as escolas e do transporte das refeições escolares e que a Junta de Freguesia, devido à situação pandémica, não está a fazer o transporte de crianças para o pré-escolar. Agradeceu publicamente a todos os funcionários que estão a trabalhar nas escolas devido ao esforço extra derivado das medidas de prevenção ao COVID-19 nos estabelecimentos escolares. Na área de cultura e tempos livres afirmou que lamentavelmente não tem havido eventos nem atividades, mas que a Junta de Freguesia continua a colaborar com associações e coletividades. Sobre a área da salubridade e ambiente realçou que este ano derivado das condições meteorológicas anormais, pouca pluviosidade e muita humidade, tem proporcionado um crescimento anormal de caniços e erva, pelo que tem sido difícil dar como terminado estes trabalhos de limpeza em toda a área da Freguesia.
O Presidente da Mesa Vitor Mota interveio e questionou o Presidente da Junta se não há a possibilidade de aplicar algum produto químico para matar os caniços e as ervas.
O Presidente da Junta respondeu que, exceto em alguns aglomerados urbanos, por exemplo na Vila da Lourinhã e em algumas zonas da Praia da Areia Branca, é realizado pontualmente a pulveriza com químicos certificados para matar as raízes destas espécies invasoras. Este trabalho é antecedido com informação à população através da afixação de placas e é acompanhado por um técnico da Câmara Municipal da Lourinhã. Na área da ação social disse que a Junta de Freguesia continua a realizar a entrega de medicamentos a alguns idosos e que nos últimos dois meses foram doadas mais mobílias usadas, provenientes de despejos de apartamentos transacionados. Relativamente à área de comunicação e transportes mencionou a limpeza de caminhos que, derivado de condicionantes com os recursos humanos da brigada da câmara municipal destacada para as Freguesias, não foi possível nas primeiras cinco semanas atribuídas à Freguesia realizar a manutenção dos caminhos agrícolas em todas as localidades. Explanou também sobre esta área os horários dos funcionários dos serviços operacionais da Junta de Freguesia, acordado entre os funcionários e o executivo, que permite que haja uma maior rentabilidade diária dos serviços e abordou os trabalhos de recolha de monos, que ultimamente tem sido diário. Disse que muita desta recolha de monos, que é um serviço gratuito, é realizado através de marcação prévia, mas infelizmente ainda são abandonados monos junto dos contentores de RSU na via pública.
O Membro da Assembleia Pedro Silva questionou sobre o ponto de situação da requalificação do parque de merendas junto ao campo da feira, na Vila da Lourinhã, sobre o fecho e a abertura intercaladas da foz do Rio Grande na Praia da Areia Branca no período de 21 a 26 de junho. Sobre estas ações, perguntou também se, alegadamente houve, nesta altura, descargas ilegais para este rio e se há forma de identificar a origem e penalizar os responsáveis. Pediu ainda esclarecimentos sobre um relatório de sinistro, relatado numa ata do executivo e sobre a Lei de Base da Freguesias, recentemente aprovada pelo Governo da República, em que no artigo 3° dita que as freguesias a criar podem pertencer a municípios distintos.

O Membro da Assembleia Pedro Leitão deu nota que em duas estradas de acesso à localidade de Abelheira dois proprietários realizaram a limpeza dos respetivos terrenos agrícolas e tombaram os caniços para a estrada pelo que agora os carros ao transitar nestas estradas batem nestes caniços.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu ao Membro da Assembleia Pedro Leitão que irá aos locais para aferir as situações relatadas e tomar as devidas diligências. Afirmou, sobre este assunto, que enquanto não for aplicado o código de condutas do Município da Lourinhã estas situações continuaram a ocorrer sem a devida penalização. Pensa que com a aprovação das alterações destas normas municipais passe a haver uma maior intervenção dos fiscais da Câmara Municipal e uma maior atenção dos cidadãos para as consequências das infrações cometidas. Sobre as questões do Membro da Assembleia Pedro Silva esclareceu que houve uma interrupção nos trabalhos de requalificação do parque de merendas devido à colocação de um contador de água por parte da Câmara Municipal. Isto porque, para haver um maior controlo de como a água é gasta no município, a Câmara Municipal está a colocar contadores nas novas instalações dos sistemas de rega em espaços verdes públicos. Após esta instalação vão ser realizadas as bases das mesas, vai ser instalado um bebedouro e será aplicado o tapete de relva. Sobre o fecho e abertura da foz do Rio Grande explanou que a gestão deste procedimento é da Câmara Municipal e que, pelo que tem conhecimento, a maioria da água é proveniente da ETAR da Zambujeira. Mais, disse que derivado das condições meteorológicas nesta altura, os agricultores não estão a gastar as águas das represas do rio o que leva a uma sobrecarga na bacia de retenção da foz. Assim como prevenção foi aberta uma represa para que a bacia de retenção não transbordasse e alagasse o areal. Essas águas transportaram terras da represa o que causou a mancha escura no mar. Relatou ainda que houve um problema, assumido pela empresa pública Águas de Portugal, gestora da ETAR da Zambujeira que obrigou a uma descarga de água não tratada desta ETAR para o rio. Estas situações são, há vários anos, uma grande preocupação do executivo da Junta e espera que no próximo mandato o executivo da Câmara e as entidades competentes tomem a situação da foz do rio como uma prioridade e que encontrem, junto de técnicos credenciados, uma solução definitiva para este problema. Sobre o relatório de sinistro é relativo à responsabilidade da Junta de Freguesia de um acidente com uma viatura, propriedade da Junta de Freguesia, que felizmente não teve grande consequência, em que o motorista, ofuscado pelo sol, derrubou com a carrinha uma jovem na escola secundária. A jovem foi observada no Hospital de Torres Vedras e teve alta médica, sendo depois acompanhado pelos serviços da Junta de Freguesia, que se responsabilizou-se em assumir as despesas, caso o seguro não o fizesse. Relativamente à Lei de Bases das Freguesias, publicada este ano, disse que os critérios definidos permitem, caso a população o deseje, a desagregação da Atalaia e de Miragaia. Os procedimentos terão de ser realizados durante o próximo mandato para que a desagregação ou agregação de Freguesias ocorra em 2025 e que sempre afirmou, e defende, se a população da Atalaia desejar ser desagregada não irá colocar entraves.
O Secretário da Junta Fernando Ferreira pediu a palavra para esclarecer que o artigo 3°, referido pelo Membro da Assembleia, dita a possibilidade de duas Freguesias em Municípios distintos, que façam fronteira, agregarem e dessa forma aproximar os cidadãos das sedes de concelho. Relatou alguns casos no norte de Portugal e deu como exemplos

situações em que as localidades tem casas que pertencem a dois concelhos, como nos Campelos, Cabeça Gorda e Paço.
O Presidente da Junta Pedro Margarido interveio para relatar situações na Freguesia de casas que estão nos limites de Freguesias vizinhas. No seu entender devia de ser revista a Carta Administrativa de Portugal. Chamou ainda a atenção para o artigo 26º da referida lei de bases, relativo à limitação de mandatos do Presidente da Junta, em que dita claramente que, numa agregação ou desagregação de Freguesias, não permite a candidatura a quem esteja a cumprir os três mandatos.
A Membro da Assembleia Conceição Moniz deu nota que a estrada entre Casal Vale Medo e Toxofal de Baixo está a partir, apresentando rachas no pavimento. Pergunta se está agendado pelo Município obras de reparação.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu que tem conhecimento do estado da referida estrada, tendo à pouco tempo percorrido, a pé, os troços que julga estarem mais degradados. No seu entender, a falta de uma drenagem de águas pluviais está levar à "jorra" das barreiras e a partir o asfalto. Disse que fez um registo fotográfico e que o apresentou à Câmara Municipal. Espera que autarquia dê prioridade a esta reparação em 2022. Este ano o executivo optou por reparar a Estrada 247-1, Abelheira – Reguengo Grande, porque era necessário, para reforçar a segurança rodoviária, proceder à marcação da via tendo em conta os recorrentes bancos de nevoeiro. Afirmou que enquanto cidadão compreende a opção do executivo da câmara, mas enquanto Presidente da Junta desta Freguesia preferia que a Câmara Municipal tivesse optado por reparar menos troços dessa estrada e, por exemplo, reparar a Estrada da Granjola, que há muito vem a reclamar. Informou a Assembleia que o pavimento das estradas de acesso e das ruas da localidade de Atalaia, nomeadamente a Estrada da Bela Vista e a Estrada de Porto das Barcas, estão a ficar degradadas devido ao trânsito de veículos pesados para as inúmeras construções de imóveis que estão a ocorrer, principalmente entre Casal Labrusque e Montoito. Disse ainda, sobre o trânsito rodoviário na Freguesia, que a Câmara Municipal tem vindo a adquirir imóveis devolutos para demolição e alargamento das vias rodoviárias, dando como por exemplo no cruzamento para a Atalaia / Casal Novo, no cruzamento Casal Novo / centro da vila e na Rua do Clube.
Não havendo pedidos de esclarecimentos ou de intervenção nem lugar a votação o Presidente da Mesa Vitor Mota passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

Ponto dois – Protocolo de Cooperação da "Horta da Vila", entre a LOURAMBI e a UFLA

O Presidente da Mesa Vitor Mota convidou o Presidente da Junta Pedro Margarido a pronunciar-se sobre este ponto.
O Presidente da Junta Pedro Margarido disse que este protocolo surge das boas relações institucionais entre estas entidades e que as duas tem vindo a dialogar sobre a importância de promover e dinamizar o espaço comunitário "Horta da Vila". Entendeu o executivo que o desenvolvimento deste espaço é uma mais valia para a Freguesia e a Associação LOURAMBI acedeu, sem contrapartidas para Freguesia, disponibilizar através da realização deste protocolo, 3 talhões para a Junta de Freguesia administrar. É intenção da

Junta de Freguesia cede-los a um ou mais cidadãos que demonstrem gosto pela agricultura, do ponto de vista lúdico, e que estejam dispostos a doar uma parte da produção para apoio social, nomeadamente com a entrega de produtos agrícolas a instituições de âmbito social ou a famílias carenciadas na Freguesia. Afirmou que a Junta de Freguesia está ainda disponível para adquirir as sementes para apoiar este trabalho voluntário.
O Membro da Assembleia João Damião questionou sobre a localização do espaço "Horta da Vila".
O Presidente da Junta Pedro Margarido esclareceu que o espaço está localizado na Rua de S. Nicolau - Estrada da Giesteiras, num terreno murado doado pela família Reis-Silva. Realçou que a propriedade dispõe de um furo de água próprio, para uso nas hortas comunitárias.
Não havendo mais pedidos de esclarecimentos ou de intervenção o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou à votação da proposta sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes.**

Ponto três - Outros assuntos de interesse para a freguesia
O Presidente da Mesa Vitor Mota questionou se os membros desejavam inscrever-se para intervir neste ponto. Havendo inscrições passou a palavra ao Membro da Assembleia Pedro Silva.
O Membro da Assembleia Pedro Silva solicitou um ponto de situação relativamente à pandemia COVID-19 na Freguesia, mais concretamente nas escolas, e pediu para que o executivo transmita à Câmara Municipal que é importante, como forma de alertar a população para o agravamento da pandemia, haver uma atualização mais frequente dos dados relativos ao Concelho.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu que nas escolas tem surgido pontualmente alguns casos, mas que não existem grandes focos de contágios, até porque caso existissem, a Delegada de Saúde mandava encerrar o estabelecimento escolar. Lamenta que, desde do início da Pandemia, haja dificuldade em ter os dados devido à escassa comunicação por parte da Delegada de Saúde para o Chefe da Proteção Civil Municipal. Afirmou também que existe ainda uma maior falta de informação para as Juntas de Freguesia. Só tem conhecimento de alguns casos na Freguesia, porque a Junta está a prestar apoio com a alimentação. Expressou também a sua preocupação com a época balnear, as testagens e a campanha de vacinação. Ainda no âmbito da saúde pública e da proteção civil relatou que em janeiro do corrente ano a Câmara Municipal nomeou um coordenador de Proteção Civil Municipal, que acumulava com as suas funções de Comandante nos Bombeiros Voluntários da Lourinhã, e que na última semana este tomou posse como segundo comandante regional de Emergência e Proteção Civil de Lisboa e Vale do Tejo, tendo deixado as referidas funções que desempenhava na Lourinhã. Esta situação, que teve a concordância do executivo municipal, deixou vago dois cargos de extrema importância na proteção civil do concelho. Relativamente aos Bombeiros a direção nomeou como comandante interino o segundo comandante. Deu nota ainda da dificuldade de contratação de Nadadores Salvadores solicitando aos membros da Assembleia para divulgarem esta necessidade nas suas redes de contactos. Divulgou que a Câmara

Municipal assinou com o Estado Português o acordo de cedência por cinquenta anos do Forte de Paimogo e da área envolvente, inclusive dos edifícios da Guarda Fiscal o que acarreta uma grande responsabilidade para a autarquia. Ressalva que este acordo não contempla a arriba, que é um foco de grande preocupação dos executivos da Freguesia e do Município. Explanou que a Junta de Freguesia é parceira da Câmara Municipal numa candidatura ao Fundo Europeu EGRANTS, no valor cerca de oitocentos mil euros, para recuperação e dinamização do Forte de Paimogo, mas para esta obra se concretizar é necessário estabilizar a arriba. A Câmara Municipal já contratualizou os estudos geológicos e aguarda as conclusões do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Informou ainda os Membros da Assembleia que a Câmara Municipal, no âmbito de uma candidatura à EcoMar, vai realizar as obras de Recuperação Dunar entre a Praia da Areia Branca e o Areal Sul, estendendo-se até ao edifício da colónia de Castelo Branco. Estas obras contemplam a manutenção da ponte de madeira sobre o Rio Grande e a sua iluminação. Por isso é provável que durante os próximos meses haja constrangimentos no estacionamento naquela zona. Infelizmente as obras não contemplam a pavimentação da zona de estacionamento, porque a APA não permite a permeabilização daquele terreno, sendo que irá manter-se com saibre e o uso de madeira para marcação de lugares. Outro reparo que faz no projeto é a iluminação do passadiço da ciclovia, que passa a ser elevada, onde irão ser colocados projetores junto ao piso, mais suscetíveis a atos de vandalismo.
A Membro da Assembleia Conceição Moniz questionou sobre o ponto de situação das antigas instalações da Lourifrutas, que estão muito degradadas.
O Membro da Assembleia Pedro Silva perguntou como estão a decorrer as obras da zona envolvente da Igreja do Castelo.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu que relativamente às antigas instalações da Lourifrutas tem conhecimento que está para breve um leilão público, porque o fundo imobiliário internacional que o adquiriu foi dissolvido. Outra preocupação da Junta de Freguesia naquela zona é o edifício da colónia de Castelo Branco que também está muito degradado. Estes dois edifícios são alvo de grande interesse de investidores e a sua dinamização seria uma mais-valia para a Freguesia e para o Concelho. Ainda sobre o imóvel da colónia de Castelo Branco disse que a Comunidade Intermunicipal de Castelo Branco, proprietária do edifício, não chegou a consenso sobre o que vão fazer ao imóvel. Tem conhecimento que tem havido diálogo entre Câmara Municipal da Lourinhã e a referida Comunidade Intermunicipal, até porque o vereador João Serra é natural de Castelo Branco e conhece os autarcas da região. Infelizmente até esta data não há desenvolvimentos. Informou ainda os Membros da Assembleia que está aprovado a construção de um hotel no Estrada do Areal. Relativamente às obras da zona envolvente da Igreja do Castelo estão a decorrer, mas com interrupções porque durante as escavações são encontrados possíveis vestígios arqueológicos para os quais é necessário chamar os técnicos de Arqueologia e Património para estudar os achados. Por fim, informou que terminou a inscrição para os concursos de admissão de funcionários para dois cantoneiros, um operador de máquinas e um técnico contabilidade tendo concorrido quatro cidadãos para cantoneiros, dois cidadãos para operador de máquinas e vinte cidadãos para técnico contabilidade.

Não havendo mais pedidos de intervenção ou de esclarecimentos o Presidente da Mesa Vítor Mota agradeceu a presença e participação dos Membros da Assembleia e deu por encerrada a reunião, quando eram vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e, por mim, que a subscrevo.

A secretária: Maria da Graça Silva Santos Guerra

O Presidente: Vítor Miguel Mota Cruz